



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

A 3.^a sessão legislativa da VI Legislatura já terminou e, das 7 propostas de lei constantes do Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2020, ainda não foram submetidas à Assembleia Legislativa (AL), até ao momento, três propostas de lei, a saber: o “Regime da segurança contra incêndios em edifícios”, o “Regime jurídico da construção urbana” e o “Regime jurídico do registo e gestão de medicamentos tradicionais chineses”, propostas estas que se encontram, ainda, em fase de aperfeiçoamento ou de elaboração, sendo a taxa de conclusão das propostas de lei de cerca de 57 por cento apenas. O ano de 2020 está prestes a terminar, por isso as pessoas estão preocupadas com o seguinte: o Governo consegue concluir as propostas de lei entregues neste ano? Só resta a última sessão da VI Legislatura, e as propostas de lei que não forem aprovadas até ao final da presente sessão legislativa vão ser retiradas, portanto, a sociedade está preocupada com a conclusão atempada dos trabalhos legislativos relativamente a estas três propostas de lei. Para além disso, muitas leis foram elaboradas e entraram em vigor nas décadas de 70 e 80 do século passado, e o seu conteúdo está já, em certa medida, “envelhecido”, e estas leis estão obviamente desfasadas da realidade social, portanto, é necessário introduzir nelas alterações, aditamentos ou revogações. Embora os diversos serviços tenham envidado todos os esforços para acompanhar o andamento dos respectivos trabalhos, a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

questão da desactualização das leis continua por resolver.

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou, todos os anos, que, aquando da elaboração do plano legislativo, ia recolher os dados sobre as propostas que as diferentes Secretarias do Governo entendiam necessárias, e que estas propostas, antes de serem incluídas no plano legislativo, iam ser avaliadas pelos serviços em causa quanto à sua necessidade e maturidade. No entanto, todos os anos, o plano legislativo não é executado na sua totalidade, e a sua execução é lenta e a taxa de conclusão é baixa. Porquê? Quais foram as respectivas dificuldades? Para além disso, durante o processo de apreciação das propostas de lei, muitas vezes é necessário devolvê-las aos serviços competentes para serem alteradas, e só depois de um longo tempo é que essas propostas voltam a ser submetidas à AL. Como é que o Governo vai otimizar os respectivos procedimentos e reforçar a articulação entre os órgãos executivos e legislativos, com vista a elevar a eficiência legislativa?

2. O Governo da RAEM apresentou à AL duas propostas de lei sobre a confirmação da não vigência de diplomas legais previamente vigentes, as quais foram aprovadas em 2017 e 2019, respectivamente. Qual é o ponto de situação dos trabalhos de revisão e adaptação da legislação previamente vigente? Quando é que vai ser iniciada a terceira fase? No que diz respeito a determinadas leis que necessitam de ser complementadas e alteradas, bem como à alteração das leis e à elaboração de novas leis, será que o Governo vai definir os respectivos indicadores de proporção ou definir uma



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

calendarização concreta para a produção legislativa, com vista a acelerar o andamento e a elevar a eficiência da produção legislativa em Macau?

29 de Setembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Ion Sang